
FELIPE DE MELO FONTE

Jurisdição Constitucional e Participação Popular

O Supremo Tribunal Federal na era da TV Justiça

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2016

Copyright © 2016 by Felipe de Melo Fonte

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

Fonte, Felipe de Melo

Jurisdição Constitucional e Participação Popular: O supremo tribunal
federal na era da TV justiça. / Felipe de Melo Fonte. - 1. ed. - Rio de Janeiro :
Lumen Juris, 2016.

360 p.; 23 cm.

Bibliografia: p. 301-331.

Possui Anexos.

Possui Tabelas e gráficos.

ISBN: 978-85-8440-796-5

1. Direito Constitucional. 2. Supremo Tribunal Federal – Transparência -
Opinião Pública. 3. TV Justiça - Publicidade Processual - Opinião Pública.
4. Tribunais Internacionais – Estudo de Casos – Impacto Social. I. Título.

CDD –341.2

Sumário

Prefácio.....	XVII
Introdução.....	1
I. Apresentação do tema.....	1
I.1. Rumo à sociedade aberta de telespectadores?	1
I.2. Sobre o tema da obra	3
II. Plano de trabalho.....	7

Parte I

Televisionamento de Cortes: teoria e prática

Capítulo 1

O Debate sobre Câmeras nos Tribunais	13
I. Judiciário: o poder menos compreendido	13
II. Argumentos favoráveis às câmeras	18
II.1. A proteção contra a arbitrariedade judicial.....	18
II.2. A legitimação da função jurisdicional	21
II.3. A educação (jurídica) do público.....	23
II.4. Os efeitos preventivos	26
III. Argumentos contrários às Câmeras nos tribunais	28
III.1. Os efeitos adversos desconhecidos	28
III.2. A transformação da justiça em entretenimento	31
III.3. A proteção da intimidade.....	33
IV. Uma estratégia de enfrentamento	35
V. Conclusões parciais	39

Capítulo 2

Câmeras nos Tribunais: Experiências Concretas.....	41
I. Introdução.....	41
II. Televisionamento de cortes nos Estados Unidos.....	42
II.1. De Hauptmann ao banimento das câmeras em tribunais.....	42
II.2. As câmeras no banco dos réus: Estes v. Texas (1965).	44
II.2.1. Críticas à Estes e desdobramentos subsequentes	49

II.3. Estes superado: Chandler v. Florida (1981).....	52
II.3.1. Desdobramentos pós-Chandler: mais experimentos e a Court TV... 54	
II.4. Câmeras na berlinda novamente? Hollingsworth v. Perry (2010).....	59
II.4.1. Críticas e desdobramento pós-Hollingsworth.....	63
II.5. O televisionamento na Suprema Corte dos Estados Unidos.....	64
III. A experiência da Suprema Corte do Reino Unido.....	65
IV. A experiência da Suprema Corte do Canadá.....	68
V. A experiência da Suprema Corte do México.....	72
VI. A experiência dos Tribunais Internacionais.....	73
VII. Conclusões parciais.....	75

Capítulo 3

Câmeras nos Tribunais: Pesquisas e Experimentos	77
I. Introdução.....	77
II. Estudos empíricos	79
II.1. O estudo da Conferência Judicial dos Estados Unidos em 1990	80
II.2. O estudo do Estado de Nova York em 1997	83
II.3. Estudos específicos relevantes.....	85
II.3.1. Televisionamento e efeitos educacionais	85
II.3.2. Televisionamento de cortes e cobertura da mídia.....	87
II.4. Críticas aos estudos de opinião	89
III. Os estudos comportamentais.....	90
III.1. O experimento da Universidade de Wisconsin (1977)	90
III.2. O experimento da Universidade de Flórida (1981).....	91
III.3. O experimento da Universidade de Minnesota (1990)	92
III.4. Críticas aos estudos experimentais	94
IV. Estudos de <i>eye tracking</i>	95
V. Conclusões parciais.....	97

Parte II

O televisionamento de julgamentos no Brasil

Capítulo 4

Televisionamento de Julgamentos no Brasil: Visão Geral	101
I. Introdução.....	101
II. TV Justiça: criação e funcionamento	103
III. Televisionamento no Brasil: questões jurídicas.....	105

III.1. O quadro normativo atual	105
III.2. O caso Suzane von Richthofen	109
III.3. Publicidade processual, televisionamento e Constituição.....	111
III.3.1. Restrições à publicidade processual e reserva legal	111
III.3.2. Os múltiplos regimes de publicidade processual	113
IV. Conclusões parciais	116

Capítulo 5

As Mudanças Quantitativas no Supremo Tribunal Federal.....	119
I. Introdução.....	119
II. A produção do STF em ADI	119
II.1. Aspectos metodológicos	119
II.2. Dados e discussão	122
III. Grupo de controle: a produção do STF em <i>habeas corpus</i>	126
IV. A produção total do STF.....	129
V. Conclusões parciais	132

Capítulo 6

As Mudanças Qualitativas no Supremo Tribunal Federal	133
I. Introdução.....	133
II. Marcos teóricos.....	135
II.1. O modelo de comportamento judicial orientado à audiência.....	135
II.2. A argumentação jurídica: o direito orientado à audiência	141
III. A tridimensionalidade do voto no Supremo Tribunal Federal	145
III.1. Dimensão interna (agregativa).....	147
III.2 Dimensões externas	149
III.2.1. O segundo auditório: a comunidade de juristas.....	149
III.2.2. O terceiro auditório: a sociedade como um todo	151
IV. Manifestações específicas da (nova) dimensão social	155
IV.1. A função pedagógica da Corte.....	156
IV.2. O recurso à argumentação extrajurídica.....	159
IV.3. A importância da opinião pública	163
V. Requalificação dos filtros tradicionais de diálogo entre a Corte e a sociedade	167
V.1. A fragmentação das narrativas no discurso constitucional: internet e TV Justiça.....	167
V.2. Mídia convencional e discurso constitucional: limites e possibilidades.....	171

VI. Conclusões parciais	174
-------------------------------	-----

Parte III

Em defesa do televisionamento das cortes constitucionais

Capítulo 7

O Argumento da Lealdade Constitucional.....	177
I. Introdução.....	177
II. O enigma da permanência das constituições.....	178
II.1. O valor da estabilidade constitucional	178
II.2. A estabilidade constitucional na perspectiva comparada	182
II.3. O insight da lealdade constitucional.....	185
III. Exposição pública e legitimidade constitucional	187
III.1. A teoria do viés da positividade.....	190
III.2. Suporte difuso e função contramajoritária das cortes constitucionais	193
IV. Televisionamento, legitimidade e o Supremo Tribunal Federal	196
IV.1. Supremo Tribunal Federal e suporte popular	196
IV.2. O Supremo Tribunal Federal contra as maiorias	199
V. Conclusões parciais	204

Capítulo 8

O Argumento do Pluralismo Hermenêutico	207
I. Introdução.....	207
II. A Constituição como “obra inacabada”	208
III. Pluralidade hermenêutica e interpretação constitucional.....	214
III.1. O argumento do “estoque de ideias”	214
III.2. O argumento da intuição coletiva	219
IV. Participação pública e Supremo Tribunal Federal	224
IV.1. Métodos formais de participação constitucional:	
esboço de uma crítica	225
IV.2. Métodos informais de participação constitucional:	
esboço de uma agenda	229
V. Conclusões parciais	232

Capítulo 9

O Argumento Cívico.....	233
I. Introdução.....	233
II. As virtudes cívicas revisitadas	236

III. O declínio da participação popular no espaço público	241
IV. A teoria da ignorância racional	246
V. Ativismo cívico, televisionamento e jurisdição constitucional	249
VI. Conclusões parciais	256
Capítulo 10	
O Argumento Democrático	257
I. Introdução.....	257
II. A democracia e suas condições de existência	258
II.1. O problema da igualdade política	258
II.2. A cultura de tolerância como pressuposto democrático	265
II.3. A democracia como projeto educacional	269
III. O papel de reforço democrático das Cortes constitucionais.....	273
III.1. Pedagogia com um plus.....	273
III.2. A difusão de uma gramática cívica	275
IV. Crítica ao papel de reforço democrático	279
V. Conclusões parciais	281
Conclusão	283
Bibliografia	301
Anexo I.....	333